



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

*31 de dezembro de 2023 com Relatório
do Auditor Independente*

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas	1
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Vetta Química Importação e Exportação Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Bases para opinião com ressalva

(i) Não acompanhamento da contagem física dos estoques em 31 de dezembro de 2022

Fomos nomeados auditores da Empresa em 2023 e, portanto, não acompanhamos a contagem física dos estoques no início do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cujo consumo integra custo dos produtos vendidos da Empresa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Diante disso, não nos foi possível obter evidência satisfatória a respeito dos impactos no custo das mercadorias vendidas reconhecido na demonstração do resultado do exercício, os seus reflexos no resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa decorrente do consumo do saldo de abertura dos estoques e seu consequente reconhecimento na demonstração do resultado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota 15 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais e financeiras em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados das operações da Empresa poderiam ser diferentes daqueles que seriam

obtidos de transações semelhantes realizadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024.



Romulo Carvalho Caputo
Contador CRC 108.577/O-4
MCS Markup Auditores Independentes S/S
CRC RJ 006917/O-3

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.462	3.058	30.486	3.058
Contas a receber de clientes	5	40.374	44.920	40.434	44.920
Contas a receber - Partes relacionadas	15	129.038	40.662	129.038	40.662
Estoques	6	41.274	61.351	41.274	61.351
Tributos a recuperar	7	7.353	9.961	7.353	9.961
Outros ativos		907	4.775	907	4.775
Total do ativo circulante		249.408	164.727	249.492	164.727
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		737	964	737	964
Contas a receber de clientes	5	80	-	80	-
Depósitos judiciais	14	111	96	111	96
Tributos a recuperar	7	23.761	33.668	23.761	33.668
Mútuos - Partes relacionadas		6.117	23.985	6.117	23.985
Contas a receber na alienação de investimentos		13	15.374	13	15.374
Outros ativos		379	30	379	30
Imobilizado	8	37.833	18.594	43.230	18.594
Investimentos	9	4.035	17.025	-	17.025
Total do ativo não circulante		73.066	109.736	74.428	109.736
Total do ativo		322.474	274.463	323.920	274.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Circulante					
Fornecedores	10	45.255	42.713	45.418	42.713
Contas a pagar - Partes relacionadas	15	32.245	59.940	32.245	59.940
Empréstimos e financiamentos	11	947	1.080	947	1.080
Obrigações sociais e trabalhistas		1.580	1.066	1.602	1.066
Obrigações tributárias		3.623	1.141	3.634	1.141
Passivo de arrendamento	12	4.075	-	4.075	-
Outros passivos	13	16.072	192	16.072	192
Total do passivo circulante		103.797	106.132	103.993	106.133
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	1.280	1.315	1.280	1.315
Mútuos - Partes relacionadas		900	-	2.150	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	3.622	11.447	3.622	11.447
Passivo de arrendamento	12	22.109	-	22.109	-
Provisões para contingências	14	1.153	115	1.153	115
Outros passivos	13	3.008	4.040	3.008	4.040
Total do passivo não circulante		32.072	16.917	33.322	16.917
Total do passivo		135.869	123.049	137.315	107.448
Patrimônio líquido					
Capital social	16	200	200	200	200
Lucros acumulados		186.405	151.214	186.405	151.214
Total do patrimônio líquido		186.605	151.414	186.605	151.414
Total do passivo e do patrimônio líquido		322.474	274.463	323.920	274.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receita operacional líquida	18	735.060	590.291	735.060	590.291
Custo dos produtos vendidos	19	(654.994)	(511.407)	(654.994)	(511.407)
Lucro bruto		80.066	78.884	80.066	78.884
Despesas gerais e administrativas	19	(50.732)	(45.438)	(50.787)	(45.438)
Despesas comerciais	19	(17.314)	(27.600)	(17.314)	(27.600)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	55.028	50.564	55.028	50.564
Resultado de equivalência patrimonial		(65)	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		66.983	56.410	66.993	56.410
Receitas financeiras	20	7.856	14.324	7.857	14.324
Despesas financeiras	20	(8.097)	(2.961)	(8.108)	(2.961)
Resultado financeiro		(241)	11.363	(251)	11.363
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		66.742	67.773	66.742	67.773
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	17	(2.928)	(369)	(2.928)	(369)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	17	7.825	(11.447)	7.825	(11.447)
Lucro líquido do exercício		71.639	55.957	71.639	55.957
Lucro por quota - R\$					
Básico e diluído		47,76	37,30	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	71.639	55.957	71.639	55.957
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	71.639	55.957	71.639	55.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (não auditado)	200	95.257	95.457
Lucro líquido do exercício	-	55.957	55.957
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	200	151.214	151.414
Impacto da adoção inicial do CPC 06 / IFRS 16	-	(3.255)	(3.255)
Saldos em 1º de janeiro de 2023 ajustados	200	147.959	148.159
Lucro líquido do exercício	-	71.639	71.639
Destinação do lucro			
Distribuição de dividendos	-	(12.491)	(12.491)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(20.702)	(20.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	200	186.405	186.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	66.742	67.773	66.742	67.773
Ajustes para reconciliação do resultado:				
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	3.341	327	3.341	327
Provisões para contingências	1.038	-	1.038	-
Depreciação e amortização	4.941	3.526	4.941	3.526
Baixas (reversões) de ativo imobilizado e intangível	6.782	450	3.377	450
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.596	-	2.596	-
Variação cambial	(1.601)	-	(1.601)	-
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	763	-	763	-
Perda em títulos e valores mobiliários	227	36	227	36
Provisão para PLR e Bônus	449	109	449	109
Resultado de equivalência patrimonial	65	-	65	-
Receita de créditos tributários, líquido dos impostos	(1.525)	(33.553)	(1.525)	(33.553)
	83.818	38.668	80.413	38.668
Variações de ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	3.471	99.510	3.411	99.510
Contas a receber de partes relacionadas	(88.376)	(40.662)	(88.376)	(40.662)
Estoques	19.314	(22.666)	19.314	(22.666)
Impostos a recuperar	14.114	(4.775)	14.114	(4.775)
Outros ativos	3.519	(4.418)	3.519	(4.418)
Depósitos judiciais	(15)	(96)	(15)	(96)
Fornecedores	2.542	(116.507)	2.705	(116.507)
Contas a pagar – Partes relacionadas	(14.770)	59.940	(10.735)	59.940
Obrigações sociais e trabalhistas	65	54	87	54
Obrigações tributárias	(2.886)	(645)	(3.614)	(645)
Outros passivos	126	3.645	126	3.645
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	20.922	12.048	20.949	12.048
Imposto de renda e contribuição social pagos	(739)	317	-	317
Juros pagos	(243)	(228)	(243)	(228)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	19.940	12.137	20.706	12.137
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisições de imobilizado e intangível	(7.267)	(10.792)	(9.259)	(10.792)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(1.000)	-	(1.000)
Mútuos com partes relacionadas – Recebimentos (Empréstimos)	17.868	(18.402)	17.868	(18.402)
Alienação de investimentos	15.361	16.581	15.361	16.581
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	25.962	(13.613)	23.970	(13.613)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos - Captações	695	1.731	695	1.731
Empréstimos e financiamentos - Amortizações	(1.085)	(3.358)	(1.085)	(3.358)
Arrendamento mercantil - Amortizações	(3.642)	-	(3.642)	-
Mútuos com partes relacionadas - Captações	900	-	2.150	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	(2.875)	-	(2.875)	-
Distribuição de dividendos	(12.491)	-	(12.491)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(18.498)	(1.627)	(17.248)	(1.627)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	27.404	(3.103)	27.428	(3.103)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.058	6.161	3.058	6.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.462	3.058	30.486	3.058
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	27.404	(3.103)	27.428	(3.103)
Transações que não impactam o caixa:				
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil	(3.255)	-	(3.255)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receitas					
Receita bruta de serviços	18	991.295	801.586	991.295	801.586
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19	(2.596)	-	(2.596)	-
		988.699	801.586	988.699	801.586
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	19	(608.574)	(483.447)	(608.620)	(483.447)
Outras despesas (receitas)	19	(4.518)	13.739	(4.453)	13.739
Valor adicionado bruto gerado pela Empresa		375.607	331.878	375.626	331.878
Retenções					
Depreciação e amortização	19	(4.941)	(3.526)	(4.941)	(3.526)
Valor adicionado líquido gerado pela Empresa		370.666	328.352	370.685	328.352
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	20	7.856	14.324	7.856	14.324
		7.856	14.324	7.856	14.324
Valor total adicionado distribuído		378.522	342.676	378.541	342.676
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
		53.568	61.652	53.565	61.652
Remuneração direta	19	48.647	57.020	48.647	57.020
Benefícios	19	2.027	2.213	2.027	2.213
Encargos trabalhistas	19	2.456	2.136	2.456	2.136
Outras	19	438	283	435	283
Tributos					
		245.367	218.484	245.378	218.484
Federais		85.013	88.695	85.019	88.695
Estaduais		160.293	129.734	160.293	129.734
Municipais		61	55	66	55
Remuneração de capitais de terceiros					
		7.948	6.583	7.959	6.583
Juros	20	3.341	559	3.341	559
Aluguéis	20	527	3.736	527	3.736
Outras despesas financeiras	20	4.080	2.288	4.091	2.288
Remuneração de capitais próprios					
		71.639	55.957	71.639	55.957
Lucros retidos		38.446	55.957	38.446	55.957
Distribuição de dividendos		12.491	-	12.491	-
Juros sobre capital próprio		20.702	-	20.702	-
		378.522	342.676	378.541	342.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA

A Vetta Química Importação e Exportação Ltda. (“**Vetta**” ou “**Empresa**”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, na Rua Mônica Aparecida Moredo, 229 – Jardim Fátima, município de Guarulhos, São Paulo. A Empresa tem como controladora a empresa Dofra Participações Ltda..

A Empresa tem como principais atividades: Fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio, importação e exportação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

A Empresa dispõe de unidades administrativas e industriais, sendo a matriz localizada na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo e 3 filiais localizadas no estado de São Paulo.

A Empresa é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química (“**Grupo OCQ**”), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2022

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Razão social	Principal atividade	País-sede	% de participação	
			31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fortnox Indústria e Comércio Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos químicos em geral.	Brasil	100	100*

(*) A referida investida teve início de suas atividades em 26 de maio 2022, no entanto, sem nenhuma movimentação no exercício de 2022.

Controladora nas demonstrações financeiras

A Controladora nestas demonstrações financeiras é a Vetta Química Importação e Exportação Ltda., sediada no Brasil, com seu capital social 100% pertencente a empresa Dofra Participações Ltda.

Transações eliminadas na Consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Os mercados globais estão atualmente operando em um cenário de incerteza geopolítica, econômica e financeira e de forma volátil após iniciado o conflito militar entre Rússia e Ucrânia. Embora a duração e o impacto deste acontecimento em curso sejam imprevisíveis, este conflito e quaisquer outras tensões geopolíticas podem afetar a atividade econômica global e por consequência, a Empresa.

A Empresa acompanha as sanções aplicadas à Rússia e os desdobramentos do conflito, assim como está preparada para tomar eventuais medidas que minimizem os potenciais impactos sobre seus negócios, integrantes e as comunidades onde atua.

O conflito tem causado um aumento no preço internacional de *commodities* ligadas ao negócio da Empresa, como petróleo e gás natural, afetando o custo de matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo.

Adicionalmente, trouxe efeitos globais no nível de demanda de produtos petroquímicos, em cadeias de suprimentos e operações industriais. Até o momento, não causou impactos significativos adversos no patrimônio e na posição financeira da Empresa, não sendo possível, no entanto, prever com precisão efeitos adversos significativos do futuro.

Sanções adicionais, embargos, instabilidade regional, mudanças geopolíticas, disfunções na cadeia logística, efeitos adversos nas condições macroeconômicas, nas taxas de câmbio e nas taxas de juros podem impactar nos preços dos produtos e custos das matérias-primas no mercado internacional, interromper a cadeia de fornecimento, reduzir as vendas e/ou afetar as operações da Empresa. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados impactos relevantes nos negócios da Empresa decorrentes das sanções até então aplicadas e do cenário adverso causado pelo conflito geopolítico.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As políticas contábeis de provisão para perdas, giro lento e garantia relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contendo a vida útil em anos aplicada no imobilizado:

Grupo do imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Instalações de telefonia	5
Instalações comerciais	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de laboratório	10
Veículos de passeios	5
Caminhões	15
Equipamentos de informática	5
Aeronave	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Arrendamentos

Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são apresentados a seguir:

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(a) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo

de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Empresa não obteve concessões para redução de pagamentos de arrendamentos nos contratos vigentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Como arrendador

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não realizou transações em que foi classificada como arrendador.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(a) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(b) Como arrendador

Não existiram contratos em que a Empresa atuou como arrendador.

Taxa de desconto

A Empresa identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos foi de 15,36% a.a., em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(b) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas

A Empresa efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2023 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2023.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.3 – Conversão de moeda estrangeira.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento

esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Participação nos lucros

A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Empresa após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Empresa.

2.14 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Empresa é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se

qualificam para a “contabilidade de *hedge*”. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não encerrou o exercício com instrumentos financeiros derivativos em aberto e seus impactos na demonstração do resultado do exercício foram considerados imateriais pela Administração.

2.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Empresa é representado por quotas classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor negociado, líquido de impostos.

b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

c) Remuneração dos sócios

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa. Em 31 de dezembro de 2023 foram deliberados e pagos dividendos no montante de R\$ 12.491 (não houve distribuição em 31 de dezembro de 2022).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus acionistas como alternativa a distribuição de dividendos. Considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa realizou o reconhecimento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.702 (não houve juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2022). Maiores detalhes do cálculo em Nota Explicativa nº 13 – Outros passivos.

d) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O resultado básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

O cálculo do resultado por quota está apresentado em Nota explicativa nº 16 – Patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o comprador retira a mercadoria nas unidades da Empresa; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Empresa, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.18 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (“NCM”) e podem variar de 0% a 330%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados

para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos.

2.19 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.20 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE sobre o Base Erosion and Profit Shifting - BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que terminem em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

2.21 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A elaboração das informações trimestrais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de

receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

Os principais julgamentos são apresentados a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”): A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- Provisões para contingências: A Empresa reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;
- Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas do processo produtivo,

classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados;

- Provisão para garantia: A provisão para garantia é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. A Empresa garante a seus clientes a qualidade de seus produtos, assumindo a responsabilidade por eventuais substituições e reparos decorrentes de defeitos apresentados. Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os percentuais históricos de gastos e para os casos já identificados em que a Empresa estima despendar recursos na substituição e reparo de produtos, a Empresa reconhece a mencionada provisão no passivo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Caixa e bancos	4.225	2.276	4.225	2.276
Aplicações financeiras de liquidez imediata	26.237	782	26.261	782
	30.462	3.058	30.486	3.058

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 75% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de “Receitas financeiras”. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 20 – Resultado financeiro, líquido.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Clientes nacionais	42.355	44.920	42.415	44.920
Clientes estrangeiros	695	-	695	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)	(2.596)	-	(2.596)	-
	40.454	44.920	40.514	44.920
Circulante	40.374	44.920	40.434	44.920
Não Circulante	80	-	80	-

A Empresa ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 11 – Empréstimos e financiamentos.

Para a PECLD, a Administração da Empresa, através de matriz de riscos, efetua análise histórica ponderada de recebimentos de suas contas a receber por faixas de vencimento e considerando percentual de perdas reais. A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
A vencer	39.010	38.806	39.070	38.806
Vencidos				
De 01 a 30 dias	1.345	3.612	1.345	3.612
De 31 a 60 dias	-	117	-	117
De 61 a 90 dias	31	67	31	67
De 91 a 180 dias	67	36	67	36
De 181 a 360 dias	232	28	232	28
Superior a 361 dias	2.365	2.254	2.365	2.254
	43.050	44.920	43.110	44.920

A seguir é apresentada a movimentação da PECLD:

Em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	-
(+) Constituição de provisão	(2.596)
Em 31 de dezembro de 2023	(2.596)

A Administração considera que os valores registrados a título de PECLD são suficientes para 31 de dezembro de 2023.

6. ESTOQUES

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Matéria-prima	16.278	27.293
Produtos acabados	7.011	5.444
Embalagens	736	662
Estoque em poder de terceiros	18.012	27.952
(-) Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(763)	-
	41.274	61.351

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas, obsolescência e garantia:

Em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	-
(+) Constituição de provisão	(763)
Em 31 de dezembro de 2023	(763)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
ICMS (i)	5.862	5.772	5.862	5.772
ICMS (ii)	23.761	33.668	23.761	36.668
PIS e COFINS	1.150	3.167	1.150	3.167
Outros impostos	341	1.022	341	1.022
	31.114	43.629	31.114	43.629
Circulante	7.353	9.961	7.353	9.961
Não circulante	23.761	33.668	23.761	33.668

(i) Refere-se a créditos de ICMS auferidos das operações de vendas internas com diferimento da filial Londrina e de operações de compra e venda usuais do negócio da matriz e demais filiais. A Administração da Empresa efetuou durante o exercício de 2023 a revisão de seu plano de negócios para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Empresa atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Empresa vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente de forma administrativa e a movimentação do exercício é apresentada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	33.668
(+) Atualização monetária	1.598
(-) Compensações	(11.505)
Em 31 de dezembro de 2023	(23.761)

8. IMOBILIZADO

	31/12/2023		Controladora	
			31/12/2022 (Não auditado)	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	2.101	1.676	4.910	2.676
Instalações	3	-	88	14
Móveis e utensílios	169	94	125	66
Equipamentos de laboratório	73	71	-	-
Aeronaves	2.420	2.048	2.420	2.283
Veículos / Caminhões	23.605	6.781	22.351	9.184
Equipamentos de informática	298	127	283	153
Outros	4.834	4.834	1.368	1.368
Terrenos	-	-	2.850	2.850
Direito de uso	27.803	22.202	-	-
Total do imobilizado	61.306	37.833	34.395	18.594

	31/12/2023		Consolidado	
			31/12/2022 (Não auditado)	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	2.101	1.676	4.910	2.676
Instalações	3	-	88	14
Móveis e utensílios	169	94	125	66
Equipamentos de laboratório	73	71	-	-
Aeronaves	2.420	2.048	2.420	2.283
Veículos / Caminhões	23.605	6.781	22.351	9.184
Equipamentos de informática	303	132	283	153
Outros	7.376	7.374	1.368	1.368
Terrenos	2.850	2.850	2.850	2.850
Direito de uso	27.803	22.204	-	-
Total do imobilizado	66.704	43.230	34.395	18.594

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado:

	Controladora e consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2021 (Não auditado)	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2022 (Não auditado)
Máquinas e equipamentos	3.185	7	(45)	(471)	2.676
Instalações	24	-	-	(9)	15
Móveis e utensílios	53	21	-	(8)	66
Veículos / Caminhões	8.301	4.075	(667)	(2.525)	9.184
Aeronave	-	2.420	-	(137)	2.283
Equipamentos de informática	148	53	-	(49)	152
Terrenos	-	2.850	-	-	2.850
Outros	7	-	-	-	7
Itens a imobilizar	60	1.301	-	-	1.361
Total do imobilizado	11.778	10.727	(712)	(3.199)	18.594

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2022 (Não auditado)	Adições / Remensurações	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023	Ajustes de inventário físico	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	2.676	534	-	(431)	2.779	(1.103)	1.676
Instalações	15	-	-	(7)	8	(8)	-
Móveis e utensílios	66	19	-	(10)	75	19	94
Equipamentos de laboratório	-	73	-	(2)	71	-	71
Veículos / Caminhões	9.184	3.147	(527)	(2.708)	9.096	(2.315)	6.781
Aeronave	2.283	-	-	(235)	2.048	-	2.048
Equipamentos de informática	152	21	-	(48)	125	2	127
Terrenos	2.850	-	(2.850)	-	-	-	-
Outros	7	-	-	(7)	-	-	-
Itens a imobilizar	1.361	3.473	-	-	4.834	-	4.834
Direito de uso (a)	-	23.695	-	(1.493)	22.202	-	22.202
Total do imobilizado	18.594	30.962	(3.377)	(4.941)	41.238	(3.405)	37.833

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2022 (Não auditado)	Adições / Remensurações	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023	Ajustes de inventário físico	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	2.676	534	-	(431)	2.779	(1.103)	1.676
Instalações	15	-	-	(7)	8	(8)	-
Móveis e utensílios	66	19	-	(10)	75	19	94
Equipamentos de laboratório	-	73	-	(2)	71	-	71
Veículos / Caminhões	9.184	3.147	(527)	(2.708)	9.096	(2.315)	6.781
Aeronave	2.283	-	-	(235)	2.048	-	2.048
Equipamentos de informática	152	26	-	(48)	130	2	132
Terrenos	2.850	2.850	(2.850)	-	2.850	-	2.850
Outros	7	-	-	(7)	-	-	-
Itens a imobilizar	1.361	6.015	-	-	7.376	-	7.376
Direito de uso (a)	-	23.695	-	(1.493)	22.202	-	22.202
Total do imobilizado	18.594	36.359	(3.377)	(4.941)	46.635	(3.405)	43.230

9. INVESTIMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	Participação %	Investimento
	31/12/2023	31/12/2023
Investimento:		
Fortnox (i)	100%	4.035
Total do investimento		4.035

i) Em 26 de maio de 2022, a Empresa decidiu pela constituição de uma sociedade empresária limitada com a denominação social de Fortnox Indústria e Comércio Ltda., com sede estabelecida em Itupeva – SP, e cujo objeto consiste em fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio, importação e exportação de produtos químicos, prestação de serviços de assessoria, consultoria, planejamento de dados, organização e pesquisa de mercado no campo empresarial. No ato da constituição o capital social era de R\$ 1.650, divididos em 1.650.000 quotas de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizada. Em 28 de setembro de 2023, os sócios aprovaram o aumento do capital social para R\$ 6.450.

	31 de dezembro de 2023
	Fortnox
Balanco patrimonial	
Ativo circulante	84
Ativo não circulante	5.398
Total do ativo	5.482
Passivo circulante	196
Passivo não circulante	1.250
Patrimônio líquido	4.035
Total do passivo e patrimônio líquido	5.481
Demonstração do resultado do exercício	
Receita líquida de serviços	-
Custos e despesas operacionais	(55)
Resultado financeiro	(10)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do exercício	(65)

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	40.863	28.961	41.026	28.961
Fornecedores estrangeiros	4.392	13.752	4.392	13.752
	45.255	42.713	45.418	42.713

As transações com fornecedores não possuem incidência de juros, geralmente são liquidados dentro do próprio exercício e possuem prazo médio de pagamento de 26 dias (30 dias em 31 de dezembro de 2022).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado						
Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data de contratação	Data de vencimento	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Bradesco - Finame	BRL	10,65% a.a	27/09/2018	16/10/2023	-	51
Safra - Leasing	BRL	9,65% a.a	22/10/19- 30/11/19-	02/10/23- 08/11/23-	-	321
Safra - Financiamento	BRL	9,32% a.a	04/12/19	04/11/23	64	270
Bradesco - Financiamento	BRL		19/03/2021	19/03/2024	1.699	1.445
BMW - Financiamento	BRL	1,89% a.a	13/08/21- 30/11/21-01/12/23	22/06/2027	162	293
Brasil-Consorcio	BRL	14,90% a.a	09/12/2022	14/12/2024	302	-
Aymoré - Leasing	BRL		21/03/2023	10/04/2028	-	15
					-	-
					2.227	2.395
Total circulante					947	1.080
Total não circulante					1.280	1.315

A seguir é apresentado o vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Seis meses ou menos	343	641
Seis meses a um ano	604	439
Um a dois anos	497	535
Dois a cinco anos	783	780
Total	2.227	2.395

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais, não havendo em períodos intermediários.

Os contratos firmados pela Empresa não preveem *covenants* financeiros.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos apresentam garantias contratuais vinculadas as duplicatas a receber, vide Nota explicativa nº 5 – Contas a receber de clientes.

12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Empresa arrenda imóveis, equipamentos e veículos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco (5) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

A Empresa reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Empresa.

Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e da COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento e apresentam os seguintes saldos nominais e ajustados a valor presente:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	38.810	26.184
PIS/Cofins potencial (9,25%)	3.590	2.422

A seguir é demonstrada os montantes registrados de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023
Valor nominal a pagar	38.810
Despesa financeira não realizada	(12.626)
	26.184

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023:

Em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	-
Novos contratos	28.528
Provisão de juros	2.876
Remensurações	(1.578)
Amortizações	(3.642)
Em 31 de dezembro de 2023	26.184
Circulante	4.075
Não circulante	22.109

Como divulgação espontânea e em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Empresa deve apresentar os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal.

Fluxo de Pagamentos Futuros	2024	2025	2026	Após 2027
Fluxo de desembolso sem AVP	7.535	7.369	6.813	17.093
Cenário com inflação	291	258	238	598
	3,86%	3,50%	3,50%	3,50%

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2023		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	7.535	(3.460)	4.075
Entre 1 e 2 anos	7.369	(2.847)	4.522
Entre 2 e 3 anos	6.813	(2.193)	4.620
Mais de 3 anos	17.093	(4.126)	12.967
	38.810	(12.626)	26.184

13. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Juros sobre capital próprio	14.722	-	14.722	-
Provisões para garantia	157	-	157	-
Outros passivos	4.201	4.232	4.201	4.232
	19.080	4.232	19.080	4.232
Circulante	16.072	192	16.072	192
Não circulante	3.008	4.040	3.008	4.040

Juros sobre capital próprio

A Empresa possui a prática de remunerar seus sócios via juros sobre capital próprio. A seguir, é apresentada a movimentação dos montantes pagos e a distribuir reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Deliberações, líquido de IRRF (i)	17.597
(-) Pagamentos	(2.875)
Em 31 de dezembro de 2023	14.722

(i) Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou apuração de montantes adicionais de juros sobre capital próprio do período de 2018 a 2022, que não haviam sido deliberados, no montante de 17.319. Também foi apurado e deliberado em 31 de dezembro de 2023, o montante de 5.105.

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Empresa classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Empresa acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

14.1 Processos com risco de perda provável

A Empresa responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, perante diferentes tribunais. A Administração da Empresa, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Contingências trabalhistas	17	-
Contingências tributárias (a)	1.136	115
	1.153	115

(a) A Empresa figura como réu decorrente de reclamações com provável ônus de caráter tributário.

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

Em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Constituição de provisão	1.153
Em 31 de dezembro de 2023	1.153

14.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Empresa e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Contingências trabalhistas	2.771	-
	2.771	-

14.3 Depósitos judiciais

Os valores depositados judicialmente pela Empresa correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Tributário	111	96
	111	96

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2022 (Não auditado)		
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos
Circulante			
Nacional			
Oswaldo Cruz Química Ltda.	21.002	(47.764)	16.000
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	12.250	-	-
BR Resinas e Indústrias Química Ltda.	-	(9.361)	-
Outras partes relacionadas (i)	7.410	(2.815)	7.985
Total	40.662	(59.940)	23.985

	Controladora		
	31/12/2023		
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos
Circulante			
Nacional			
Oswaldo Cruz Química Ltda.	92.496	(25.029)	-
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	17.714	-	-
Elekeiroz S.A.	11.896	(7.080)	-
Ibira Holding S.R.L. (i)	245	-	6.117
Outras partes relacionadas	6.687	(136)	(900)
Total	129.038	(32.245)	5.217

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos
Circulante			
Nacional			
Oswaldo Cruz Química Ltda.	92.496	(25.029)	-
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	17.714	-	-
Elekeiroz S.A.	11.896	(7.080)	-
Ibira Holding S.R.L. (i)	245	-	6.157
Outras partes relacionadas	6.687	(136)	(2.190)
Total	129.038	(32.245)	3.967

As entidades apresentadas no quadro acima são consideradas partes relacionadas, uma vez que pertencem ou possuem participação significativa dos acionistas controladores da Empresa.

(i) Em 23 de outubro de 2023, a Empresa realizou a venda de sua participação societária na investida Noren Plast S/A. para a parte relacionada Ibira Holding S.R.L., pelo montante de R\$ 245. Adicional a essa transação, também foi acordado entre as partes sobre a transferência dos valores de mútuos a receber da Noren Plast que estavam em aberto na data da transação, perfazendo o montante de US\$ 1.261.030,11, com juros remuneratórios de 0,57551% ao ano e vencimento em 01 de outubro de 2026.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$ 200.000 (R\$ 200.000 em 31 de dezembro de 2022) quotas com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das quotas é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Dofra Participações Ltda.	200	200
	200	200

Não ocorreram alterações no capital social durante o exercício de 2023.

(b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

(c) Remuneração dos sócios

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 12.941 (não houve distribuição em 31 de dezembro de 2022).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa realizou o reconhecimento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.702 (não houve juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2022). Maiores detalhes do cálculo em Nota Explicativa nº 13 – Outros passivos.

(d) Resultado por ação**Resultado básico e diluído por quota**

O lucro básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como quotas em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

Resultado básico e diluído por quota	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Lucro atribuível aos quotistas	71.639	55.957
Quantidade de quotas (em milhares) - média ponderada	1.500	1.500
Resultado básico e diluído por quota – Em reais	47,76	37,30

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**17.1 Corrente****Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social**

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Base ajustada	(21.776)	1.359
Imposto de renda à alíquota de 15%	1.315	173
Adicional imposto de renda à alíquota de 10%	865	92
(-) Incentivos Fiscais IRPJ (i)	(41)	-
Total do imposto de renda	2.139	265
Contribuição social à alíquota de 9%	789	104
Total do imposto de renda e contribuição social (a)	2.928	369
<u>Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	66.742	38.259
Adições e exclusões permanentes	(77.771)	(36.900)
Adições e exclusões temporárias	(10.747)	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - "Base ajustada"	(21.776)	1.359
<i>Alíquota efetiva - (a) / (b)</i>	<i>4%</i>	<i>1%</i>

(i) Em 2023 a Administração contabilizou e apresentou IRPJ devido no período já líquido dos incentivos fiscais a saber: Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

17.2 IRPJ e CSLL Diferidos

	Em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	Constituição	Reversão	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos de impostos diferidos				
Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - CPC 06)	-	1.170	-	1.170
Honorários advocatícios	-	1.414	(444)	970
Provisão para devedores duvidosos	-	883	-	883
Provisões para contingências	-	392	-	392
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	-	496	(183)	313
Provisão de bônus e PLR	-	283	(22)	261
				-
Total de ativos de impostos diferidos	-	4.638	(649)	3.989
Passivos de impostos diferidos				
Crédito tributário - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	(11.447)	(334)	4244	(7.537)
Variação Cambial	-	(184)	168	(16)
Outras diferenças temporárias	-	(58)	-	(58)
Total de passivos de impostos diferidos	(11.447)	(576)	4.412	(7.611)
Total de imposto diferido líquido	(11.447)	4.062	3.763	(3.622)

A Empresa estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 5 (cinco) anos.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023:

Ano	
2024	2.026
2025	478
2026	460
2027	770
2028	255
Total	3.989

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A conciliação entre a receita bruta de vendas e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receita bruta de vendas	998.894	805.947
(-) Devoluções e cancelamentos	(7.598)	(4.361)
(-) Impostos sobre vendas	(256.235)	(211.295)
Total da receita operacional, líquida	735.060	590.291

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	31/12/2023		Controladora 31/12/2022 (Não auditado)		31/12/2023		Consolidado 31/12/2022 (Não auditado)	
	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)	Custos	Despesas Administrativa, Comerciais e Outras receitas (despesas)
Matérias-primas e materiais de consumo	(624.136)	(350)	(487.927)	-	(624.136)	(350)	(487.927)	-
Despesas com pessoal	(7.201)	(29.238)	(6.131)	(28.052)	(7.201)	(29.238)	(6.131)	(28.052)
Despesas comerciais	-	(17.314)	-	(27.600)	-	(17.314)	-	(27.600)
Despesas com importação/exportação	(4.080)	(21)	(1.797)	(54)	(4.080)	(21)	(1.797)	(54)
Fretes e carretos	(3.298)	(2.872)	(1.149)	(1.393)	(3.298)	(2.872)	(1.149)	(1.393)
Despesas com aluguéis	(338)	(189)	(3.036)	(700)	(338)	(189)	(3.036)	(700)
Serviços de terceiros	(63)	(12.488)	(69)	(10.500)	(63)	(12.651)	(69)	(10.500)
Honorários advocatícios - Créditos tributários	-	(192)	-	(4.040)	-	(192)	-	(4.040)
Depreciação e amortização	(3.449)	(1.492)	(3.526)	-	(3.449)	(1.492)	(3.526)	-
Provisões para contingências	(66)	(152)	(50)	(26)	(66)	(152)	(50)	(26)
Operação e manutenção	(1.538)	(792)	(168)	(864)	(1.538)	(795)	(168)	(864)
Descarte de resíduos	(259)	-	(485)	-	(259)	-	(485)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(2.596)	-	-	-	(2.596)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(920)	-	-	-	(920)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(65)	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(9.646)	(5.042)	(7.069)	(16.829)	(9.646)	(1.659)	(7.069)	(16.829)
Receita de créditos tributários (i)	-	124	-	31.400	-	124	-	31.400
Receita de incentivos fiscais (ii)	-	56.324	-	36.184	-	56.324	-	36.184
Inventário de imobilizado (iii)	-	3.405	-	-	-	-	-	-
Custos de transação (iv)	-	(133)	-	-	-	-	-	-
	(654.994)	(13.083)	(511.407)	(22.474)	(654.994)	(13.073)	(511.407)	(22.474)
Custo dos produtos vendidos	(654.994)	-	(511.407)	-	(654.994)	-	(511.407)	-
Despesas gerais e administrativas	-	(50.732)	-	(45.438)	-	(50.787)	-	(45.438)
Despesas comerciais	-	(17.314)	-	(27.600)	-	(17.314)	-	(27.600)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	55.028	-	50.564	-	55.028	-	50.564
Resultado de equivalência patrimonial	-	(65)	-	-	-	-	-	-
	(654.994)	(13.083)	(511.407)	(22.474)	(654.994)	(13.073)	(511.407)	(22.474)

- (i) Se refere ao impacto na demonstração do resultado do exercício dos créditos tributários oriundos de processo judicial da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, conforme exposto na Nota explicativa nº 7 – Tributos a recuperar, incluindo os honorários advocatícios;
- (ii) A Empresa possui benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do estado de São Paulo, caracterizado como crédito presumido. A alíquota em 31 de dezembro de 2023 foi de 46,9% (46,9% em 31 de dezembro de 2022). Este benefício vigorará até 31 de dezembro de 2024 com a mesma alíquota.
- (iii) Se refere ao ajuste de inventário físico do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota explicativa nº 8 – Imobilizado.
- (iv) Referem-se a custos de transação do fechamento de aquisição de parte relacionada, que não compõem o desempenho orgânico da Empresa.

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receita financeira				
Descontos obtidos	367	3.495	367	3.495
Variação cambial ativa	3.453	4.820	3.453	4.820
Ganhos com derivativos - Efeito caixa	183	763	183	763
Ganhos com derivativos - Provisão	60	-	60	-
Juros de contas a receber	1.927	448	1.927	448
Atualização monetária ativa	1.601	2.267	1.601	2.267
Rendimentos de aplicações financeiras	265	2.531	266	2.531
Total	7.856	14.324	7.857	14.324
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(3.341)	(559)	(3.341)	(559)
Perdas com derivativos - Efeito caixa	(899)	(328)	(899)	(328)
Variação cambial passiva	(2.342)	(1.465)	(2.342)	(1.465)
Despesas bancárias	(296)	(136)	(297)	(136)
Descontos concedidos	(52)	(209)	(52)	(209)
Atualização monetária passiva	(85)	(11)	(85)	(11)
Outras despesas financeiras	(1.082)	(253)	(1.092)	(253)
Total	(8.097)	(2.961)	(8.108)	(2.961)
Total do resultado financeiro, líquido	(241)	11.363	(251)	11.363

21. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa aos riscos mencionados, os objetivos da Empresa, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa.

I) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Empresa é uma indústria focada na produção e comércio de fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio e importação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

As operações da Empresa são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas jurídicas, mediante a cobrança por boleto bancário e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada e sem risco concentrado em nenhum cliente.

A Empresa monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Empresa tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Empresa. Adicionalmente, as aplicações financeiras da Empresa são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poors.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários a Empresa possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Empresa realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da Empresa é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco; e
- A Empresa deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Empresa é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Empresa busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	inferior a um ano	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	45.255	45.255	45.255	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	32.245	32.245	32.245	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.227	2.227	343	604	1.280
Arrendamento mercantil	26.184	38.810	7.535	7.369	23.906
Outros passivos	19.080	19.080	19.080	-	-
	124.991	137.617	104.458	7.973	25.186

31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	inferior a um ano	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	42.713	42.713	42.713	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	59.940	59.940	59.940	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.395	2.395	641	439	1.315
Outros passivos	4.232	4.232	4.232	-	-
	109.280	109.280	107.526	439	1.315

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) *Risco cambial*

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Empresa possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	695	710	887	1.066
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US\$)	(4.392)	(4.489)	(5.603)	(6.734)
Impacto no resultado antes dos impostos			(82)	(1.019)	(1.971)

Indexador	31 de dezembro de 2023		
	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Dólar americano (US\$)	5,00	6,24	7,50

c) Risco de taxa de juros

Instrumentos financeiros de taxa juros	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa (i)	26.237	782
Ativos financeiros	26.237	782
Empréstimos e financiamentos	(2.227)	(2.395)
Arrendamento mercantil	(26.184)	-
Passivos financeiros	(28.411)	(2.395)
	(2.174)	(1.613)

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Empresa deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Empresa esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as

respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Empresa e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (-25%)	Cenário III (-50%)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	26.237	29.818	28.923	28.028
Arrendamento mercantil - IGPM	IGPM	(24.570)	(25.570)	(25.320)	(25.070)
Arrendamento mercantil - IPCA	IPCA	(1.614)	(1.677)	(1.661)	(1.645)
Impacto no resultado antes dos impostos			2.581	1.936	1.291

Indexador	31 de dezembro de 2023		
	Cenário I Provável	Cenário II (-25%)	Cenário III (-50%)
CDI	13,65%	10,24%	6,83%
IGPM	4,07%	3,05%	2,04%
IPCA	3,90%	2,93%	1,95%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices até 31 de dezembro de 2024 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

d) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	31/12/2023		31/12/2022 (Não auditado)	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	30.462	30.462	3.058	3.058
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	40.454	40.454	44.920	44.920
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	129.038	129.038	40.662	40.662
Outros ativos	Custo amortizado	1.286	1.286	4.805	4.805
Fornecedores	Custo amortizado	(45.255)	(45.255)	(42.713)	(42.713)
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	(32.245)	(32.245)	(59.940)	(59.940)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(26.184)	(26.184)	-	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(2.227)	(2.227)	(2.395)	(2.395)
Outros passivos	Custo amortizado	(19.080)	(19.080)	(4.232)	(4.232)
		76.249	76.249	(15.835)	(15.835)

Hierarquia de valor justo

A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não possuía instrumentos financeiros de níveis 1, 2 e 3, e não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3.

IV) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade operacional e oferecer retorno aos cotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Empresa monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Como divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, a Empresa apresenta a seguir as métricas financeiras denominadas LAJIDA e LAJIR:

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Total dos empréstimos, financiamentos, arrendamentos e derivativos	30.561	2.395
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(30.486)	(3.058)
Dívida líquida	75	(663)
Reconciliação do LAJIDA ("EBITDA") (a)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	71.639	55.957
Depreciações e amortizações	4.941	3.526
Resultado financeiro, líquido	251	(11.363)
Imposto de renda e contribuição social	(4.897)	11.816
LAJIDA ("EBITDA") (a)	71.934	59.936
Itens que não compõem o desempenho orgânico:		
(+) Perda no inventário de imobilizado	3.405	-
(+) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de exercícios anteriores	2.282	-
(+) Custos de transação do fechamento de aquisição de parte relacionada	133	-
LAJIDA ("EBITDA") ajustado	77.754	59.936

(a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil).

22. SEGUROS

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)		
Modalidades	Vigência	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais	26/05/2023 - 26/05/2024	R\$ 124.850.000,00
Veículos	01/11/2023 - 31/10/2024	Seguro máximo de indenização por veículo de R\$ 100.000,00 (danos materiais e danos corporais)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Crédito outorgado de ICMS

A Empresa possui benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do estado de São Paulo, tratado pela Administração como crédito presumido. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a lei 14.789/2023 que introduziu novos regramentos para a tributação dos benefícios fiscais de ICMS pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que fez mediante a revogação da antiga legislação de regência do tema, a saber: Art. 30 da Lei 12.973/2014.

A Administração em conjunto com seus assessores tributários está analisando o tema e seus possíveis impactos para o exercício de 2024
